

HASTA PÚBLICA N.º 1/DASU/GTF/2017

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Disposições Gerais

A presente Hasta Pública rege-se pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, e subsidiariamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, com as necessárias adaptações.

Cláusula 2.ª

Objeto da Hasta Pública

A Hasta Pública tem por objeto a alienação das árvores (Pinheiro bravo) marcadas para corte, constituídas num único lote, incluindo os sobrantes de exploração com exceção do cepo, provenientes da Mata do Felgar, sita na freguesia de Penacova, concelho de Penacova e propriedade do Município, cuja descrição pormenorizada vem definida no mapa de venda e respetiva planta de localização, que se encontram em anexo ao presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª

Reconhecimento do local do lote

1 - Entre a data de publicitação do edital e a data limite para apresentação das propostas os interessados poderão verificar o lote e fazer o respetivo reconhecimento devendo, para o efeito, contactar o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Penacova.

2 - Após o Ato Público não serão consideradas reclamações em relação à constituição do lote.

Cláusula 4.ª

Identificação do lote, preço base de licitação, condições de pagamento e prazo

Quadro 1:

Lote N.º	Designação / Localização	Área (m²)	Volume (m³)	Prazo de corte e extração (Meses)	Preço Base de Licitação (euros)
1	Mata do Felgar	4908	42,509	1	637,64

A

1 – O preço base de licitação é de 637,64€, ao qual acresce o IVA à taxa reduzida de 6%.

2 - O pagamento do valor que resultar da hasta pública é efetuado do seguinte modo:

a) A primeira prestação, no valor de 25% do montante do lote, é liquidada no ato público, por meio de cheque cruzado emitido à ordem da Câmara Municipal de Penacova;

b) A segunda prestação, no valor de 75% do lote, será paga até 72 horas antes do início dos trabalhos de corte e extração do material lenhoso, por meio de cheque cruzado emitido à ordem da Câmara Municipal de Penacova.

3 - Nos casos em que o pagamento seja efetuado por cheque não visado, emitido à ordem da Câmara Municipal de Penacova, o mesmo será considerado nulo, sempre que não permita a arrecadação integral da importância mencionada no documento, devido a qualquer vício que afete o respetivo meio de pagamento ou que a entidade sacada recuse o seu pagamento por falta ou insuficiência de provisão.

4 - O corte e extração do lote só poderá ser iniciado após decorridos 10 dias, contados seguidos, da data do Ato Público (Ato de adjudicação) e depois de respeitando o disposto no nº 1 da Cláusula seguinte.

Cláusula 5.ª

Corte e extração do material lenhoso

1 - Todas as operações relativas ao abate, recheia, carga e transporte das árvores compradas só poderão ser efetuadas após comunicação com a antecedência mínima de 72 horas, do adquirente ao Técnico responsável pelo acompanhamento do lote, informando do início das mesmas, as quais só poderão realizar-se na presença de representantes da Câmara Municipal de Penacova.

2 - O adquirente obriga-se a cortar e extrair todo o material lenhoso no prazo de um mês a contar da data de início dos trabalhos.

3 - Poderá ser prorrogado o prazo de corte e extração do material lenhoso nos seguintes termos:

a) A prorrogação do prazo de corte e extração tem carácter excecional, e deverá ser requerida, por escrito e devidamente fundamentada, pelo adquirente, ficando sujeita à apreciação e decisão do Presidente da Câmara Municipal de Penacova;

b) O pedido de prorrogação referido na alínea anterior deverá ser apresentado na Câmara Municipal de Penacova, até dez (10) dias antes do termo do prazo de extração.

4 - Sempre que se verifiquem condições excecionais reconhecidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Penacova, que impossibilitem a realização de trabalhos, o prazo de corte e extração do material lenhoso poderá ser prorrogado por um período considerado suficiente para a recuperação dos trabalhos em atraso, sem que haja lugar à aplicação de penalizações.

Cláusula 6.ª

Acessos ao local de extração

1 - Quando o adquirente considerar que as condições de extração existentes são insuficientes, poderá requerer por escrito à Câmara Municipal de Penacova, autorização para a abertura de caminhos e linhas de extração.

2 - Os caminhos e linhas de extração só poderão ser traçados sob orientação técnica da Câmara Municipal de Penacova.

3 - Todos os encargos provenientes da abertura de caminhos e linhas de extração são da responsabilidade do adquirente.

4 - Sempre que o traçado de caminhos e linhas de extração imponha o corte de árvores não incluídas no lote, estas deverão ser pagas com base no valor obtido (para o m3) para o lote em causa.

Cláusula 7.ª

Penalizações por incumprimento

1 - Se o adquirente não concluir os trabalhos de corte e extração do material lenhoso no prazo estabelecido para o efeito, poder-lhe-á ser concedida prorrogação do prazo nos termos da cláusula 5ª, ficando sujeito a uma penalização diária de cinco por mil (5‰) do valor da adjudicação, que poderá atingir 15% do valor da adjudicação.

2 - Podem ainda ser aplicadas outras penalizações, nomeadamente:

a) Quando forem cortadas ou danificadas quaisquer árvores que não se encontrem marcadas para corte, cujo abate fosse evitável, o adjudicatário sofrerá uma penalização correspondente ao triplo do valor do material lenhoso em causa, calculado com base no preço obtido para o mesmo lote, ficando

o arvoredado pertença da Câmara Municipal de Penacova (Esta situação tem que ser avaliada por Técnico responsável pelo acompanhamento do lote);

b) Em caso de não comunicação da situação prevista no n.º 1 da Cláusula 5ª ou a não comparência do adjudicatário no dia e hora marcados para o início das operações de exploração, haverá lugar a uma penalização de 2% do valor do lote;

c) No caso do não cumprimento do previsto no n.º 2 da Cláusula 5ª, haverá lugar a uma penalização de 5% do valor do lote;

d) O não cumprimento do previsto no n.º 5 da Cláusula seguinte determina a aplicação de uma penalização de 4% do valor do lote, sem prejuízo da situação poder a vir a ser suprida nos termos do artigo 325.º do CCP.

3 – As penalizações previstas nos anteriores n.ºs 1 e 2 serão pagas no prazo de dez (10) dias a contar da respetiva notificação para o efeito.

Cláusula 8.ª

Outros encargos do adquirente

1 - O adquirente é considerado o único responsável nas seguintes situações:

a) Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos, causados a terceiros ou à Câmara Municipal de Penacova por motivos que lhe sejam imputáveis;

b) Pelas indemnizações devidas a terceiros na constituição de servidões provisórias ou da ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução dos trabalhos;

c) Por todos os prejuízos, causados à área florestal ou a terceiros, incluindo solos e linhas de água, decorrentes das operações referidas na Cláusula anterior;

d) Pelos prejuízos causados na mata resultantes do incumprimento do ponto 3 da Cláusula anterior, nomeadamente a manifestação de pragas e doenças no arvoredado circundante.

2 - São da conta do adquirente todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.

3 - É também da responsabilidade do adquirente:



Câmara Municipal de Penacova

1

a) O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste contrato, sendo da sua conta os encargos que daí resultem;

b) Apresentar no início dos trabalhos ao Técnico responsável pelo acompanhamento do lote, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal presente no local.

4 - Após a assinatura do Auto de Venda Definitivo (Ato de adjudicação) ou ratificação do Auto de Venda Provisório, quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro que possam ocorrer nas árvores compradas, correm por conta do adquirente, sem que por isso possa vir a exigir, à Câmara Municipal de Penacova, indemnização alguma ou redução do preço do material comprado.

5 - O adquirente obriga-se a manter os caminhos, incluindo valetas, tal como eles estavam à data do início das operações de exploração, até ao limite máximo de 1 (um) mês, contado a partir do término do corte e extração.

Cláusula 9.ª

Resolução do contrato

Quando se verifique a impossibilidade definitiva do cumprimento do contrato pelo adjudicatário, o mesmo poderá ser resolvido por decisão da Entidade Alienante ou por decisão judicial, com base nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Incumprimentos

1 – No caso de incumprimento contratual o lote, na totalidade ou em parte, será novamente alienado, ficando o adjudicatário obrigado a repor a diferença entre a sua oferta e o valor obtido na nova alienação, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 333.º do CCP.

2 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário perde as prestações pagas e o arvoredo não retirado do respetivo lote.

Cláusula 11.ª

Cláusula Especial - Nemátodo Madeira do Pinheiro (NMP)

1 – Os adquirentes ficam obrigados ao cumprimento das disposições previstas no DL n.º 95/2011, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/2015 de 3 de julho, tendo em consideração a origem



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957

do lote e a respetiva Zona de Intervenção, conforme definido no quadro 1 da Cláusula 4.ª. 2 – De acordo com o estabelecido no artigo 6.º do DL acima referido deverão os adquirentes proceder à comunicação prévia e preenchimento do formulário eletrónico de manifestação de exploração florestal, disponível no sítio da Internet do ICNF.

3 - A extração de todos os lotes deverá ter em consideração as medidas de proteção fitossanitária adequadas ao controlo do Nemátodo da madeira do pinheiro, no âmbito da legislação fitossanitária em vigor, nomeadamente o Decreto - Lei n.º 95/2011 de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/2015 de 3 de julho, de acordo com os seguintes requisitos:

a) O material lenhoso proveniente do abate das árvores deverá ter como destino empresas registadas como operadores económicos e que procedam aos tratamentos previstos na legislação em vigor (ou, em alternativa, empresas registadas cujo processo de transformação garanta a ausência do NMP, como por exemplo, empresas de aglomerados, briquetes, peletes, pasta de papel, aproveitamento energético, etc.).

b) O transporte do material lenhoso para as unidades industriais durante o período de 2 de abril a 31 de outubro, só poderá ser efetuado se a madeira tiver diâmetros superiores a 20 cm. No período de 1 de novembro a 1 de abril, a circulação é livre desde que para destinos registados e que garantam o tratamento ou processamento até 1 de abril.

c) Os sobrantes resultantes do abate do material lenhoso deverão ser transformados em estilha, sendo que no período de 2 de abril a 31 de outubro terá que ter obrigatoriamente dimensões inferiores a 3 cm, podendo, assim permanecer no local ou circular livremente pelo território continental, exceto para a zona tampão.

d) A estilha com dimensões superiores a 3 cm não pode permanecer no local e deve:

i) No período de 2 de abril a 31 de outubro ser transportada em contentor ou camião fechado para unidades industriais;

ii) No período de 1 de novembro a 1 de abril, o transporte poderá ser efetuado para unidades industriais registadas desde que garantam o processamento ou tratamento até 1 de abril;

iii) No período de 2 de abril a 31 de outubro, o material lenhoso em carregadouro tem que estar obrigatoriamente descascado ou sujeito, em alternativa, à aplicação de inseticida adequado e aplicado de acordo com as indicações da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

- iv) Os locais destinados a carregadouro deverão ser seleccionados de acordo com o parecer do Técnico do Departamento da conservação da Natureza e das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo responsável pelo acompanhamento do(s) lote(s);
- v) O inseticida autorizado, bem como as recomendações de utilização serão dados a conhecer por escrito, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas em cada situação;
- vi) A aplicação do inseticida recomendado carece de comunicação prévia à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, processo que o ICNF, no absoluto conhecimento de cada situação, coordenará.

Penacova, 28 de setembro de 2017.


O Presidente da Câmara Municipal,
(Humberto Oliveira)



Câmara Municipal de Penacova

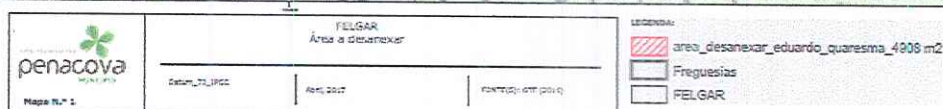
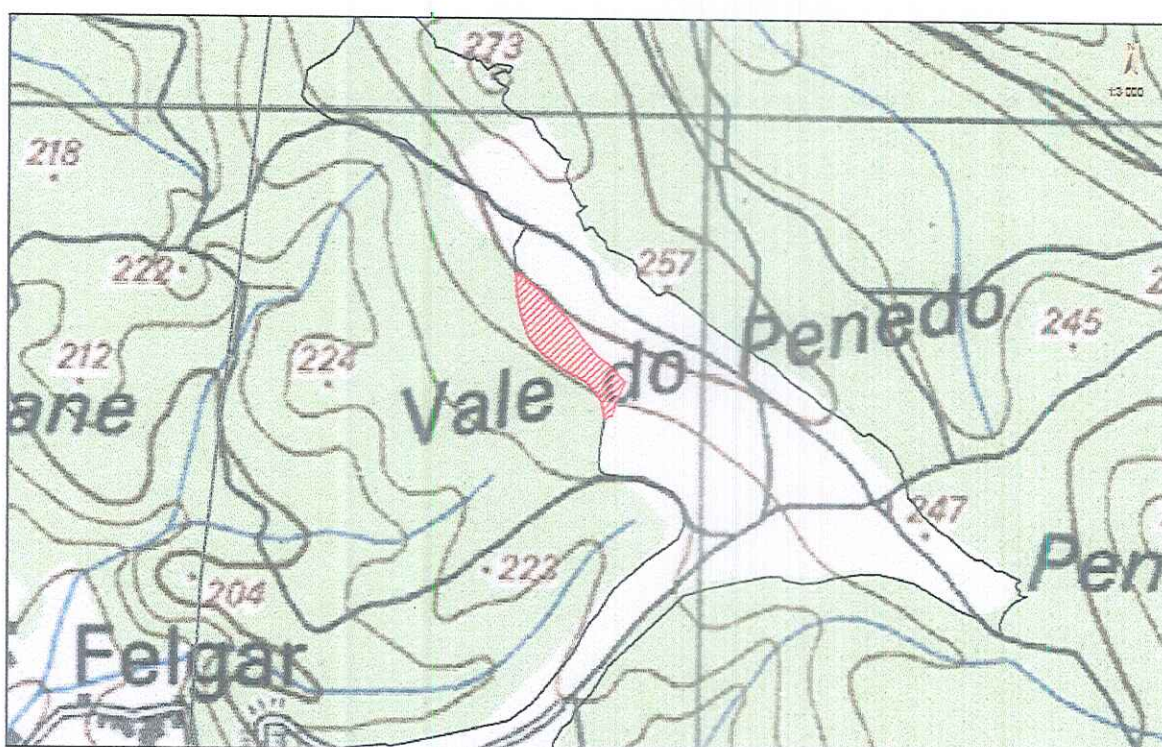
1

ANEXO I – MAPA DE VENDA

LOTE N.º	Designação	Área (m²)	DAP	Nº Árvores	Volume (m³)
1	Mata do Felgar	4908	10	17	0,578
			15	63	6,048
			20	50	9,900
			25	43	15,093
			30	15	8,400
			35	3	2,490

Soma	191	42,509
------	-----	--------

ANEXO II - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO LOTE



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957